

M Manchete JUDICIÁRIO

www.revistamanchete.com.br

SEMINÁRIO SOBRE CRÉDITO

Segurança
jurídica para
proteger o
consumidor

ENTRE TAÇAS E HISTÓRIAS

Magistrados
se reúnem
em confraria
de vinho

Benedito Gonçalves

Trajetória de sucesso até
a corregedoria do CNJ



Direito que se fundamenta na tradição. Ensino que prepara para o futuro.

Com 60 anos de história, a Universidade Santo Amaro une a excelência de uma instituição nota máxima no MEC a um olhar contemporâneo, preparando os melhores profissionais para o mercado jurídico.

Conheça nossas opções:

- Graduação
- Especializações
- Mestrado em Direito Médico



UNISA
Universidade Santo Amaro

Tradição que
conecta você
ao futuro

☎ 11 2141-8555 | www.unisa.br



Foto: Divulgação



UM JUDICIÁRIO EM TRANSFORMAÇÃO

O Judiciário brasileiro vive um período com novos cenários e incertezas, exigindo das instituições equilíbrio, serenidade e compromisso permanente com a Constituição e a sociedade. É em momentos como este que se torna ainda mais importante conhecer aqueles que interpretam as leis, solucionam conflitos e preservam direitos. A Manchete Judiciário nasceu com esse propósito: aproximar a Justiça da população, mostrar os desafios enfrentados pelo Judiciário brasileiro e revelar que, por trás das togas, existem seres humanos preparados, experientes e capazes de enfrentar crises e contribuir para a estabilidade das nossas instituições.

E é um desses bravos nomes que ilustra a nossa capa: o novo corregedor nacional de Justiça, ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, cuja trajetória é marcada pela determinação e capacidade de superar desafios. Outro momento de renovação aconteceu no Superior Tribunal de Justiça, e registramos a posse do ministro Luís Felipe Salomão na presidência do STJ, tendo como vice-presidente o ministro Mauro Campbell Marques.

A Justiça do Trabalho também está presente aqui. Diretamente de Brasília, o ministro Alexandre Agra Belmonte, do Tribunal Superior do Trabalho, fala sobre um tema que está transformando as relações profissionais no Brasil: a pejotização dos motoristas de aplicativos. Na Capital Federal, acompanhamos, ainda, um importante seminário nacional dedicado ao crédito, reunindo especialistas e autoridades para discutir o tema. Já no Rio de Janeiro, para apresentar instituições ainda pouco conhecidas, fomos ao Tribunal Marítimo, revelando sua importância no julgamento de acidentes e fatos da navegação.

Nossa revista, porém, também procura enxergar a Justiça além dos tribunais. No campo da cultura, visitamos o Centro Cultural Justiça Federal, que já foi sede do Supremo Tribunal Federal e mantém viva a relação entre Justiça, história, arte e sociedade. E a seção Além da Toga ganhou um sabor especial: magistrados, membros do Ministério Público e operadores do Direito formaram uma confraria de vinho.

Esta edição marca, ainda, uma conquista: a chegada da Manchete Judiciário na TV, com um programa semanal recheado de entrevistas, informação, cultura e bastidores do mundo jurídico. Também anunciamos mais um projeto: o Prêmio Manchete Judiciário, que reconhecerá magistrados e membros do Ministério Público que deixaram sua contribuição para a Justiça brasileira.

Chegamos à nossa terceira edição com a certeza de que ainda temos muito a mostrar. Queremos continuar abrindo as portas dos tribunais, apresentando seus personagens, preservando sua memória e, principalmente, aproximando o Judiciário da sociedade.

Boa leitura!

Sergio Maciel (@serg.maciel),
Vice-presidente da Revista Manchete
Publisher da Revista Manchete Judiciário

M
ESPECIAL

Revista
MANCHETE
JUDICIÁRIO

Presidente:

Marcos Salles

Vice-presidente
e Publisher:

Sergio Maciel

Consultores jurídicos:

Emília Garcez,
Diego Monteiro,
Juliano Marques,
Julio Matuch,

Rodrigo Kaysserlian e
Tayná Carneiro

Editora-chefe

multiplataforma:

Mariana Leão

Editora da revista:

Ana Prôa

Produtora:

Eduarda Teixeira
(estagiária)
Nathalia Gomes

Repórteres:

Alexandre Teves,
Juliana Kelling e
Márcio Dias

Revisão:

Cida Farias

Projeto gráfico e arte:

Sidney Ferreira
e **Reinaldo Pires**

Cinegrafia:

Eduardo Valadão,
João Paulo Figueredo e
JK Produções

Edição de vídeo:

Eduardo Valadão,
Danilton Portela
e **Mário Garritano**

Agência digital:

Z9 Marketing 360°

Impressão:

Zit Gráfica



Foto de capa:

Danilton Portela

[@](#) [@](#) [@](#) [@](#) [@](#) [@](#) [@](#)
[@revistamanchete.judiciario](#)

Benedito Gonçalves

DO CONCURSO AO TOPO DA JUSTIÇA

DE INSPETOR DE ALUNOS A CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA RECÉM-EMPOSSADO, O MAGISTRADO CONSTRUÍU UMA TRAJETÓRIA MARCADA PELO SERVIÇO PÚBLICO E PELA DEFESA DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES. NESTA ENTREVISTA, O MINISTRO DO STJ REVISITA SUA CAMINHADA E FALA SOBRE MAGISTRATURA, VOCAÇÃO, FAMÍLIA E A IMPORTÂNCIA DE ACREDITAR QUE É POSSÍVEL CHEGAR MAIS LONGE.

Benedito Gonçalves ingressou na magistratura como juiz federal, em 1988, no Rio Grande do Sul. Hoje, soma mais de 52 anos de serviço público, 38 deles na magistratura, e integra o Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 2008. Em agosto, acrescentou mais um capítulo à sua trajetória ao assumir a Corregedoria Nacional de Justiça, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Antes do novo desafio, comandou a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e esteve à frente de ações voltadas à formação e à democratização do acesso à carreira judicial. Também integrou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde exerceu a função de corregedor-geral da Justiça Eleitoral. Nesta entrevista, porém, o currículo dá lugar às histórias por trás dele. O magistrado fala da origem humilde e da aposta no concurso público como instrumento de igualdade de oportunidades.

O senhor vem de uma origem humilde, tendo passado sua infância em Bangu, bairro simples do Rio de Janeiro. Poderia imaginar que um dia chegaria onde está agora?

Será que alguém imaginava estar no lugar em que está? Nós temos que agradecer à vida a oportunidade de nos vencermos, ou, como se fala hoje, de os excluídos serem incluídos. Acho que o mais importante é o ser humano procurar nele por que está em determinado lugar e qual o seu objetivo na vida.

Mas, ministro, toda trajetória contribui para o que alcançamos hoje. E o senhor começou trabalhando como inspetor de colégio no bairro de Padre Miguel, não foi?

Exatamente. Foi o meu primeiro concurso público, feito na Secretaria Estadual de Educação. Falei sobre isso no meu discurso de posse. Lá, eu tinha que mostrar minha trajetória, a minha formação, e o que pretendia como corregedor. Sempre acreditei e puxo sempre para a ideia da igualdade de oportunidade. Por isso que eu falo muito da minha origem de concurso, porque não há igualdade de oportunidade maior do que o concurso público. É o caminho mais democrático de ingresso no serviço.



Sergio Maciel entregou uma edição de nossa revista ao ministro

“EU FALO MUITO DA MINHA ORIGEM DE CONCURSO, PORQUE NÃO HÁ IGUALDADE DE OPORTUNIDADE MAIOR DO QUE O CONCURSO PÚBLICO.”

Ser inspetor de alunos e estar na corregedoria. Ambos têm uma coisa em comum, que é a parte disciplinar. Qual a diferença entre dar disciplina para um aluno e para magistrados?

Quando o CNJ foi criado, em 2004, começou-se a discutir sobre aquela ideia de que o juiz tinha quer ser o gestor, já que ele entregava a sentença no seu tempo, e o tempo do jurisdicionado nem sempre é o mesmo. Então, surgiu o debate do controle externo e, após muitos debates, criou-se o CNJ com 15 membros representativos de todo o segmento que se possa imaginar: advogados, instituições e Poder Legislativo, magistratura e Ministério Público de todos os níveis. É bem eclético, para dar essa ideia plural mesmo. E o CNJ tem essa parte da gestão, que é a discussão do tempo do processo. É disciplinar, porque a qualquer momento pode haver desvios, e tem que ter os níveis de correção, de ouvir, de advertências, de punições gradativas, até a máxima que, hoje, é a perda do cargo.

Antes de se tornar juiz federal no Rio Grande do Sul, o senhor foi delegado de polícia. Isso também acabou contribuindo?

Sim, zelando pela disciplina, tirando o indisciplinado do meio social. É a mesma coisa, em vários níveis e situações. Um é o aluno que chega atrasado e faz bagunça; o outro é o infrator. Na escola, ele comete uma indisciplina regimental. Depois, o policial vai punir quem ofende a ordem jurídica penal.

Mas como um carioca de Bangu chegou ao Sul?

De novo, é o efeito do concurso público. Antigamente, nós fazíamos o concurso para juiz federal e sabíamos que poderíamos ir trabalhar em qualquer parte do Brasil. Hoje, o candidato faz o concurso procurando: vou para Minas, vou para São Paulo. Ele vai voluntariamente. No meu tempo, era compulsoriamente.

Por conta do teto do funcionalismo, a magistratura está perdendo alguns talentos para a advocacia. Como o senhor, que é um exemplo de sucesso via concurso público, vê isso?

Sempre existiu um trabalho de valorização da magistratura. Agora, essa valorização tem, claro, os limites do nosso país, do nosso orçamento. Eu tenho um juízo de valor a respeito do juiz que sai para a advocacia. E vou tentar explicar contando uma história. Eu tinha um amigo que era

tenente dos Bombeiros, e ele vivia reclamando. Mas era um agitador em benefício da melhoria da instituição, não só de vencimento, mas também de equipamento, material e tudo o mais. Anos depois, o piso cedeu na cidade satélite de Ceilândia, abrindo uma cratera em que pessoas caíram dentro dela. Daí, chego lá e encontro esse amigo com o corpo todo sujo de lama. E eu disse: "Quem diria, hein?". E ele respondeu: "Reivindicar vencimento é uma coisa, aqui é outra coisa. Eu sou bombeiro por vocação. Nunca deixarei de reivindicar o que é melhor, mas aqui eu sou bombeiro". Daí para frente, passei a pensar no juiz vocacionado. É isso o que fiz na Enfam: procurar levantar vocações. Chego a falar até uma coisa meio grosseira: se abrir concurso para porteiro e o valor for maior que o de juiz, a pessoa faz, porque só quer ver o dinheiro. Já a vocação faz com que você lute pela carreira e não a abandone.



Acima, o magistrado em 2023, quando era corregedor-geral no Tribunal Superior Eleitoral. À esquerda, seu atual local de trabalho, o Superior Tribunal de Justiça, e sendo entrevistado por Sergio Maciel



“NA ENFAM, PROCURAVA LEVANTAR VOCAÇÕES. A VOCAÇÃO FAZ COM QUE VOCÊ LUTE PELA CARREIRA E NÃO A ABANDONE.”

ESCANEE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA



Ministro, sua trajetória é incansável. E como fica o tempo para a sua família?

Eu tenho três pautas na vida: a do STJ, a do CNJ e a minha pauta particular. Não esqueço dela. Você tem que medir a vida no quadrante, como um bolo cortado em quatro partes iguais. Então, eu enquadrado cada fatia em uma atividade. Uma não pode interferir na outra. Tudo

tem seu tempo certo, para o trabalho, a família e o lazer. Toda vez que uma parte do bolo estiver entrando na outra, você gira para acertar. Se ficar muito lazer, está errado. Muito família, está errado. Tem que haver o equilíbrio.

Agora, eu pediria que fizesse as suas considerações finais deixando um recado para os jovens que se inspiram no senhor.

Tem aquele jovem que nasce, graças a Deus, numa situação financeira boa, que consegue fazer todo o seu caminhar com tranquilidade. E tem a outra categoria de jovens que não confiam neles. Podem até vencer as primeiras barreiras, ou seja, fazem os cursos fundamentais, médio, faculdade, mas depois não confiam mais e param. Chegam a falar assim: "Daí para a frente, não é para mim". Quando as pessoas estão no descrédito delas próprias, não veem luz. Na Enfam, fizemos cinco exames nacionais de magistratura. E eu consegui colacionar o deficiente, o negro, o indígena... No deficiente, podemos dizer que faltava um membro. E no negro, que está com os membros completos, falta o quê? É uma coisa interior, porque não falta nada. Mas ele acha que não é para ele. Falta levantar a autoestima. Não é pequena a camada de jovens que perderam a crença. Mas vocês, como imprensa, conseguem entrevistar, por exemplo, aquele concursando exercendo o cargo de juiz. Isso marca muito, porque mostra que é possível chegar ali. ✱

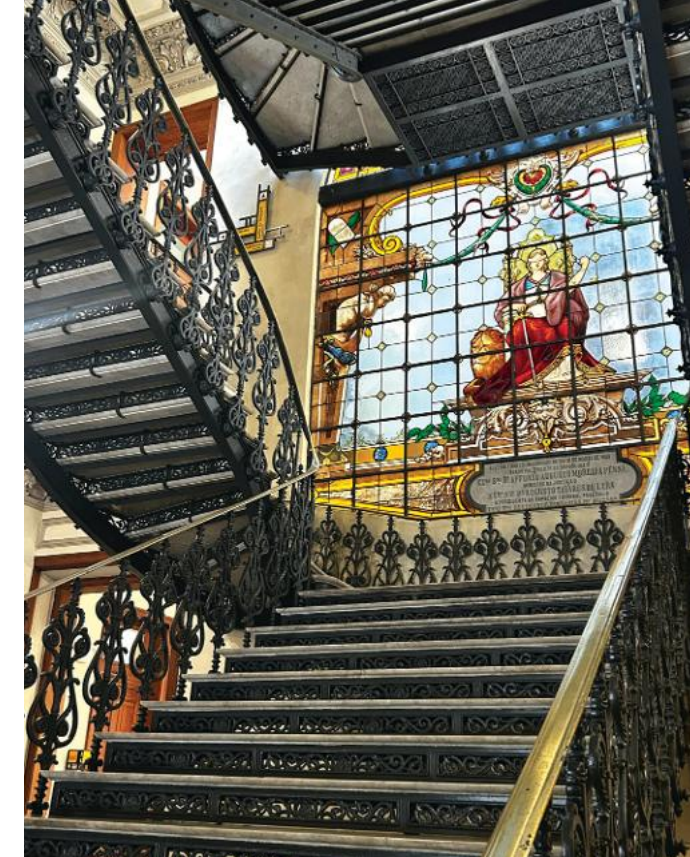
Reportagem de **Sergio Maciel**



ESCANEE
E ASSISTA
A ESTA
MATÉRIA



Foto: JK Produções



À esquerda, a mobília em que sentavam os juizes do STF, entre 1909 e 1960, permanece intacta (compare com as fotos abaixo). Na outra página, o prédio do CCJF e, à direita, o vitral com a Deusa da Justiça

PALCO DA história DO JUDICIÁRIO

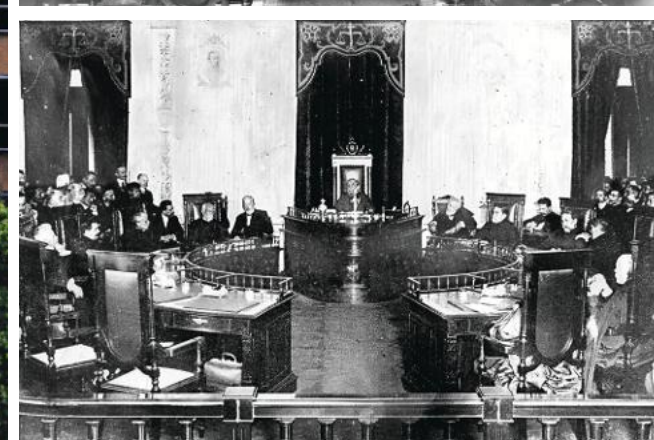
POR MAIS DE MEIO SÉCULO, O ANTIGO ENDEREÇO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ABRIGOU AS DECISÕES QUE MARCARAM O PAÍS. E, HÁ 25 ANOS, O LOCAL MANTÉM VIVA A MEMÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO ENQUANTO ABRE SUAS PORTAS PARA A ARTE E A CULTURA.

Fotos: Divulgação

Quem hoje atravessa as portas do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), no coração do Rio de Janeiro, encontra exposições, espetáculos de teatro e dança, cinema, concertos e uma biblioteca. Há 25 anos, o espaço se dedica à democratização da cultura. Mas suas paredes, seus vitrais e suas obras de arte guardam uma história muito mais antiga: durante mais de meio século, foi ali que funcionou o Supremo Tribunal Federal (STF) e

onde foram tomadas decisões que ajudaram a escrever a história do Judiciário – e do próprio país.

Construído entre 1905 e 1909, o edifício foi originalmente projetado para ser o Palácio Arquiepiscopal da Igreja Católica. No decorrer das obras, porém, ganhou outro destino e precisou adaptar sua simbologia à nova função: tornar-se o Palácio da Justiça e a primeira sede própria do STF. “Nas portas, a gente tem o busto da Deusa da Justiça, Têmis,



que talvez fosse ser um santo. O nosso vitral da escadaria também provavelmente seria um vitral religioso, mas o que a gente encontra lá é novamente Têmis", conta Wanderley Lemgruber, chefe do Setor Educativo do CCJF.

A arte, aliás, é parte inseparável da arquitetura. Pinturas de juristas, imperadores, filósofos e personagens ligados ao Direito remetem às diferentes influências que contribuíram para a formação do sistema jurídico brasileiro. No teto da antiga sala de sessões, uma obra de Rodolfo Amoedo retrata a Deusa da Justiça sem a tradicional venda nos olhos. "É como se o teto abrisse e ela ficasse zelando por esse ambiente. E, geralmente, a representação dela é com venda. Mas como ali é o momento do julgamento, ela precisa observar tudo o que está acontecendo", explica Wanderley.

Foi sob esse olhar que, durante 51 anos, ministros, advogados, jornalistas e cidadãos acompanharam julgamentos históricos. Entre eles, está o habeas corpus impetrado por Rui Barbosa, em 1914, após ter um discurso proibido de ser publicado. O jurista recorreu ao instrumento para defender sua liberdade de expressão, em um episódio que se tornaria conhecido como "habeas corpus à brasileira". Em 1936, outro caso marcante envolveu Olga Benário, presa no Brasil e ameaçada de ser entregue à Alemanha nazista. Seu advogado tentou mantê-la presa no país por meio do chamado "habeas corpus invertido", que não foi atendido pelo STF.

Já em 1947, a sala foi palco de outro episódio inédito: pela primeira vez, o Supremo julgou ali uma matéria criminal. O desembargador Souza Carneiro, acusado pela morte do advogado Otávio Barreto após uma troca de tiros no Tribunal de Justiça da



A sala de sessões, onde ocorriam os julgamentos do STF, é cercada por arte, como a obra de Rodolfo Amoedo retratando a Deusa da Justiça no teto. Abaixo, Wanderley Lemgruber com Juliana Kelling

“Estamos celebrando os 25 anos com muita justiça e cidadania, promovendo o acesso democrático à cultura.”

Wanderley Lemgruber,
chefe do Setor
Educativo do CCJF



Foto: JK Produções

Bahia, foi absolvido com o acolhimento da tese de legítima defesa.

As sessões também eram acompanhadas pelo público e pela imprensa e, em alguns momentos, despertavam manifestações da plateia, a ponto de o presidente do tribunal precisar pedir silêncio. É um contraste com a atmosfera que hoje envolve a antiga sala. "Nesse espaço silencioso, não temos ideia das discussões que aconteceram aqui. Falar sobre elas é lembrar da história do Judiciário do Brasil", comenta o chefe do Setor Educativo.

Ao completar 25 anos como Centro Cultural Justiça Federal, o edifício reafirma essa nova vocação sem abandonar o passado que o torna úni-

co. "Estamos celebrando este ano com muita justiça e cidadania, promovendo o acesso democrático à cultura", afirma Wanderley. E ele deixa o convite: "A gente está aqui de braços abertos esperando vocês". *

Reportagem de Juliana Kelling

Venha visitar

O Centro Cultural Justiça Federal fica na Avenida Rio Branco, 241, Centro. Está aberto de terça a domingo, das 11 às 19 horas. A biblioteca funciona de terça a sexta, de meio-dia às 17 horas. A entrada é gratuita, incluindo as visitas guiadas, que precisam ser agendadas no site ccjf.trf2.jus.br.



KRIKOR KAYSSERLIAN
EADVOGADOS ASSOCIADOS

RASTREAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS,
com foco no combate ao crime aquisitivo, à fraude e à ocultação patrimonial, inclusive em jurisdições estrangeiras.

CONTENCIOSO CÍVEL ESTRATÉGICO,
com atuação em litígios complexos perante os tribunais de todo o país.

COMPROMISSO COM RESULTADOS EFETIVOS,
desenvolvendo estratégias jurídicas personalizadas para alcançar os objetivos do cliente no menor tempo possível.



À esquerda, a sede do Tribunal, na Praça XV. Acima, Tadeu Lobo conversa com Sergio Maciel e, abaixo, preside uma sessão. À direita, Lars Grael, o afundamento da plataforma P-36 e o desembargador Marcelo David



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação

NAS ÁGUAS DA Justiça

CRIADO APÓS UM INCIDENTE INTERNACIONAL OCORRIDO NO LITORAL BRASILEIRO, O TRIBUNAL MARÍTIMO JÁ ATRAVESSA NOVE DÉCADAS JULGANDO ACIDENTES E FATOS DA NAVEGAÇÃO. CONHEÇA A ATUAÇÃO DA CORTE QUE ALIA DIREITO E CONHECIMENTO TÉCNICO PARA TORNAR NOSSOS MARES E RIOS MAIS SEGUROS.

Em 1930, em meio à Revolução de 30, o navio alemão Baden saiu do Porto do Rio de Janeiro sem autorização, ignorando os avisos de parada emitidos pela Fortaleza de Santa Cruz. Como resultado, o Forte do Vigia, no Leme, bombardeou a embarcação, causando a morte de tripulantes. O episódio gerou um imbróglio diplomático e acabou julgado pelo Tribunal Marítimo da Alemanha, que distribuiu a culpa entre a imprudência do comandante e a negligência das fortalezas brasileiras. Esse incidente internacional foi

o estopim para que, no ano seguinte, um decreto instituísse um tribunal técnico-administrativo, centralizado no Rio de Janeiro, para julgar acidentes e fatos da navegação em nossas águas. A instalação definitiva do órgão ocorreu em fevereiro de 1935, com uma sessão solene na Praça XV, onde fica a sede do Tribunal Marítimo brasileiro.

Atualmente, quem preside a instituição é o vice-almirante Tadeu Lobo. Porém, ele explica que o comandante da Marinha personifica a autoridade marítima, que normatiza,

orienta, verifica e organiza todo o espaço marinho brasileiro. “É gerado um inquérito de tudo o que acontece de anormal, que vai para o Tribunal Marítimo para darmos as sanções. E elas alimentam tudo o que ocorre dentro do Poder Judiciário. Então, o Tribunal Marítimo é auxiliar do Poder Judiciário, dentro da estrutura do Poder Executivo, ligado ao Ministério da Defesa via comando da Marinha, que nos suporta administrativamente”, explica Lobo.

O presidente do Tribunal explica que o órgão trata de acidentes e

fatos da navegação, determinando quais foram as causas e que medidas devem ser tomadas para que não venham a ser repetidas. Entre alguns casos marcantes nos mares brasileiros, podemos lembrar do acidente com o iatista Lars Grael, em 1998, enquanto participava de uma competição no litoral do Espírito Santo: uma lancha invadiu a área reservada e o atropelou, ocasionando a amputação da perna do atleta. A respeito disso, o desembargador federal do Tribunal Marítimo, Marcelo David, conta: “O Tribunal determinou a responsabilidade técnica, ou seja, quem desrespeitou o regulamento internacional para evitar abalroamento no mar. E esse acórdão foi às instâncias do Poder Judiciário, nas instâncias criminal e civil”.

David também cita a explosão do navio Vicuña, em 2004, causando um dos maiores desastres ambientais do litoral do Paraná. “Ele

“ É IMPORTANTE NOTAR QUE O TRIBUNAL MARÍTIMO ATRAI OS CASOS EM QUE HÁ UMA OFENSA AO NOSSO MEIO AMBIENTE.”

Vice-almirante Tadeu Lobo, presidente do Tribunal Marítimo

descarregava metanol no Porto de Paranaguá. Sua explosão matou quatro pessoas, destruiu o maior terminal de granel líquido da América Latina e vazou óleo que contaminou toda a Baía de Antonina e a Baía de Paranaguá. E o Tribunal foi colocado em xeque porque foi um caso de profundo conhecimento técnico, que envolvia navio, terminal e reparações bilionárias”, lembra o desembargador federal – vale salientar que a presença de David no órgão mos-

tra que o Tribunal Marítimo é uma corte plural, em que há bacharéis em Direito junto a oficiais da Marinha.

Outro caso emblemático é lembrado pelo presidente Tadeu Lobo: o afundamento da plataforma P-36, na Baía de Campos, causando derramamento de óleo no mar. “É importante notar que o Tribunal Marítimo atrai os casos em que há uma ofensa ao nosso meio ambiente”, reforça o vice-almirante. E para quem quiser acompanhar os julgamentos desse órgão, Lobo avisa: “As sessões são públicas e estão disponibilizadas no YouTube”. Vale conferir. *

Reportagem de Sergio Maciel



NASCE UMA confraria

ENTRE TAÇAS E HISTÓRIAS, QUATRO MAGISTRADOS REVELAM A PAIXÃO PELO VINHO. EM UMA NOITE DE DEGUSTAÇÃO, SURGIRAM BOAS LEMBRANÇAS, RISADAS E O COMPROMISSO DE REPETIR A DOSE MENSALMENTE.

Fotos: Júlio Mirancos e Gustavo De Luca



Acima, da esquerda para a direita: Marcelo Moura, Michel Sá, Sérgio Maciel, Marfan Vieira, Fábio Villela e Maurício Drummond



Numa noite de segunda-feira, membros do Judiciário e do Ministério Público se encontraram na loja Grand Cru, de Copacabana, perfeita para quem gosta de um bom vinho: o juiz do TRT1, Marcelo Moura; o secretário-geral de Relações Institucionais e Defesa de Prerrogativas do MPRJ, Marfan Vieira; o procurador-chefe do MPT, Fábio Villela; e o

desembargador do TRT1, Maurício Drummond. Recebidos pelo sommelier Michel Sá, o objetivo era participar de uma degustação às cegas de três rótulos. Ao final, seria feita a votação de qual vinho era o melhor.

Mas, antes, Michel ofereceu à turma de magistrados uma taça para abrir os trabalhos: "Nada melhor do que começar molhando o paladar

com um belíssimo espumante. É feito para a recepção, para os momentos iniciais do bate-papo". Depois, à mesa, as histórias relacionadas ao universo dos vinhos foram surgindo. E, acredite, deu até em casamento. "O primeiro encontro com a minha esposa foi no Grand Cru. Nosso noivado também, num jantar em que as alianças foram servidas no prato.

O vinho une. Seja no amor, seja na amizade, vem para celebrarmos."

Fábio Villela,
procurador-chefe do MPT

Depois, nosso casamento civil e a festa do batizado de nosso filho. O vinho une. Seja no amor, seja na amizade, o vinho vem para celebrarmos", relembra Fábio.

Maurício também foi flechado pelo Cupido em meio às taças: "Lá pelos idos do ano 2000, eu estava fazendo mestrado na Espanha e, depois das aulas, sempre ia tomar um vinhozinho. Foi aí que conheci a minha atual esposa. Uma união feita pelo vinho". Porém, o desembargador fala: "Não sou um estudioso, mas aprecio muito essa bebida".

Já Marcelo exibe um certificado de um curso básico sobre vinhos. Só que não se aprofundou nos estudos: "A melhor maneira de aprender é bebendo", brinca o juiz. E outra história sobre cursos aconteceu com Marfan. Na década de 90, quando foi eleito à presidência da Associação do Ministério Público, passou a

oferecer cursos jurídicos para atrair os associados. A adesão, contudo, era pequena. Até que teve a ideia de promover um curso de vinhos. "Qual não foi a minha surpresa quando vi que não havia lugar na Associação para tanta gente? Nunca mais deixamos de ter esse curso, e já se vão quase trinta anos", comemora.

Após as degustações, chegou o momento de apontar o melhor vinho. E o mais votado foi o português Bojador, seguido pelo chileno Leyda Pinot Noir e pelo argentino Cocodrilo. Mas, muito além da escolha do vencedor, todos saíram ganhando. Ao final desta deliciosa noite, veio a sentença: uma vez ao mês, sempre às segundas-feiras, o grupo voltará a se encontrar no Grand Cru. Nasceu, assim, uma confraria. Tim-tim! ✨

Reportagem de Sérgio Maciel



UM TEMPO ATRÁS, A RELAÇÃO ENTRE EMPREGADO E EMPREGADOR ERA BEM MAIS FÁCIL DE IDENTIFICAR. AGORA, AS NOVAS FORMAS DE TRABALHO – COMO OS MOTORISTAS DE APLICATIVO – DESAFIAM CONCEITOS CONSTRUÍDOS. O ASSUNTO ESTÁ SENDO ANALISADO NAS INSTÂNCIAS JURÍDICAS, E, PARA FALAR SOBRE ISSO, CONVERSAMOS COM O MINISTRO DO TST ALEXANDRE BELMONTE.

ENTRE O VOLANTE E SEUS direitos

É possível reconhecer vínculo de emprego entre motoristas de aplicativo e as empresas que administram as plataformas? Isso vem sendo analisado no Tema 1.291, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O julgamento chegou a ser pautado em 2026, mas foi retirado para que as partes se manifestassem sobre a nova Convenção 193 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dedicada ao trabalho em plataformas digitais.

A discussão corre paralelamente ao debate mais amplo sobre a pejetização, objeto do Tema 1.389 do STF. Em junho, o ministro Gilmar Mendes permitiu que esses processos voltassem a tramitar e ser julgados na primeira instância e nos Tribunais Regionais do Trabalho, ficando novamente suspensos depois da decisão dos TRTs, até que o Supremo fixe uma tese definitiva.

Nesse cenário de transformação das relações de trabalho, o ministro Alexandre Belmonte, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), analisa nesta entrevista os limites entre autonomia, vínculo e proteção social.

As plataformas digitais mudaram a forma como se entende a subordinação no trabalho?

As novas tecnologias colocaram tudo isso de perna para o ar. Precisamos fazer uma distinção: existe quem é trabalhador e existe quem é empresário. Para ser empresário, tem que ter um negócio próprio. O trabalhador é aquele que executa determinado serviço. Não podemos confundir trabalhador com empresário. E precisamos dar proteção ao trabalhador que presta pessoalmente um serviço – seja ele empregado ou não, isso não faz muita diferença.



Foto: Danilton Lima



À esquerda, o ministro Alexandre Belmonte, que foi entrevistado por Márcio Dias

Foto: Danilton Lima

motorista não está ali numa relação direta com o cliente, e sim numa relação controlada, intermediada.

Quais pontos de discussão surgem nessa relação de trabalho?

Em primeiro lugar, que essas empresas, como Uber, Cabify e 99, não são empresas de aplicativos. Elas não produzem, nem vendem aplicativos; elas oferecem transporte. Em segundo, o trabalho é feito por produção. O motorista recebe uma participação daquilo que é cobrado pelo trajeto. Então, na verdade, não é o motorista que dá uma participação para o controlador, e sim o controlador que dá uma participação para o motorista. E aí surgem questões como: essa participação é salário ou tem outra natureza? O motorista pode ser considerado empresário? Se não tem negócio próprio, não. Mas o fato de não ser empresário não quer dizer que não possa ser autônomo.

No caso dos motoristas de aplicativo, é possível afirmar que existe vínculo de emprego?

Pode perfeitamente ser empregado. Em outros países, há jurisprudência entendendo que é empregado e outra entendendo que não é. Isso tem que ser visto caso a caso. Eu não posso dizer: “O motorista de Uber não é empregado” ou “O motorista de Uber é autônomo”. Vai depender do tipo de relação que existe.

E o que significa a chamada subordinação algorítmica?

O algoritmo é uma programação de computador. Não é ele quem contrata, e sim quem está por trás do algoritmo, quem se serve dele. Hoje, o motorista de aplicativo é pontuado pela prestação, pelo bom atendimento. Você não tem mais aquela estrutura de chefia, de hierarquia que existia no passado. Mas nada impede você se aderir a uma plataforma que o controla. Quando isso acontece, temos a chamada subordinação algorítmica. Toda vez que alguém pedir um motorista no aplicativo, será oferecido primeiramente o mais bem pontuado. Isso quer dizer que não há uma uniformidade no atendimento. O

“O fato de o motorista de aplicativo não ser empregado não quer dizer que ele não precise ter proteção.”

Alexandre Belmonte,
Ministro do TST

Essa proteção deveria alcançar também a jornada desses motoristas?

Com certeza. O fato de não ser empregado justifica que ele trabalhe 16 horas por dia como motorista? Isso pode provocar acidente de trânsito. Deve haver um denominador comum e precisa existir alguma proteção nesse sentido.

Qual é, então, o ponto central dessa discussão?

Eu acho que todos devem ter sua proteção. É importante que as pessoas que atuam em sociedade possam ser devidamente consideradas por aquilo que fazem. Caso contrário, podem ficar desprotegidas e ser discriminadas em relação aos demais trabalhadores. *

Reportagem de Márcio Dias



ESCANEE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA



Foto: Magnific

EM UM CENÁRIO DE RÁPIDAS TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA FINANCEIRO, AMPLIAR O ACESSO AO CRÉDITO EXIGE CONCILIAR INOVAÇÃO, SEGURANÇA JURÍDICA E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR. ESPECIALISTAS SE REUNIRAM PARA DISCUTIR OS CAMINHOS PARA ISSO.



Acima, da esquerda para a direita, Diego Monteiro Baptista, Luis Felipe Salomão, Paulo Dias, Cristiane Coelho e João Otávio de Noronha. Abaixo, Cristiano Cozer e Antonio Carlos Ferreira



Crédito

EM DEBATE NO STJ

O crédito e seus impactos sobre a economia, as relações de consumo e o Judiciário estiveram no centro das discussões do III Seminário Nacional sobre Crédito, realizado em 10 de setembro, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. O encontro reuniu ministros, magistrados, representantes do setor bancário, da advocacia e de órgãos reguladores para discutir os desafios e as transformações de um mercado que exerce papel fundamental no desenvolvimento do país.

Promovido pela revista *Justiça & Cidadania*, com apoio institucional do STJ, da Escola Nacional de Formação

e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), do Banco Central e da Comissão de Direito Bancário da OABRJ, o seminário teve coordenação acadêmica do presidente do STJ, ministro Luis Felipe Salomão, e do advogado Diego Monteiro Baptista, presidente

“O Tribunal está muito feliz por poder sediar esse encontro. O crédito é o oxigênio da economia.”

Luis Felipe Salomão, presidente do STJ

da Comissão de Direito Bancário da OABRJ. “O Tribunal está muito feliz por poder sediar esse encontro porque discutir os aspectos econômicos, jurídicos e sociais do crédito é um momento único. O crédito é o oxigênio da economia. Se nós tivermos vitalidade em sua concessão, as famílias consomem, os empreendedores podem desenvolver suas atividades, as empresas podem crescer e a economia deslancha,” afirmou o presidente do STJ.

Em cinco painéis, especialistas abordaram crédito consignado, segurança jurídica nas operações, mercado de capitais, tokenização de ativos, inovação e evolução do sistema financeiro, além das perspectivas para o futuro do crédito no Brasil. Diego explicou a proposta do evento: “Partimos de uma premissa de considerar o crédito como um fenômeno absolutamente complexo e multifacetado. Então, as discussões em torno dele também precisam ser ampliadas. Conseguimos reunir

“As discussões em torno do crédito precisam ser ampliadas. Conseguimos reunir os principais atores desse ecossistema.”

Diego Monteiro Baptista, presidente da Comissão de Direito Bancário da OABRJ

aqui os principais atores desse ecossistema, quem julga, quem regula, quem estuda profundamente essas questões e quem atua diretamente no mercado financeiro, e assim conseguimos evitar aqueles descompassos entre teoria e prática, entre construção dogmática e realidade concreta das relações jurídicas”. Dessa maneira, entre inovação, proteção ao consumidor e segurança jurídica, o seminário reforçou a importância do diálogo entre os diversos setores para aperfeiçoar o ambiente de crédito e buscar soluções capazes de acompanhar as transformações do sistema financeiro brasileiro. *

Reportagem de Márcio Dias



Seminário da Anamel

ENTRE A FÉ E A MISSÃO DE SERVIR

AO CELEBRAR 25 ANOS, A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MAGISTRADOS EVANGÉLICOS REUNIU GRANDES NOMES DO JUDICIÁRIO PARA REFLETIR SOBRE UMA ATUAÇÃO PAUTADA NO DIÁLOGO, NA INCLUSÃO E NA PACIFICAÇÃO SOCIAL.

Fotos: Juliana Kelling

No dia 21 de agosto, a Universidade Mackenzie, em São Paulo, sediou o V Seminário Nacional da Associação Nacional de Magistrados Evangélicos (Anamel). Com o tema “Justiça Servidora: Diálogo, Inclusão e Pacificação Social”, o evento girou em torno de três painéis: Princípio da Fraternidade e Justiça Servidora; Transição Digital e Acesso à Justiça; e O Futuro da Atuação Judicial. E, para falar sobre esses temas, grandes nomes do Judiciário e especialistas de diferentes áreas subiram ao palco, como o ministro do STF André Mendonça, o desembargador do TRF-2 William Douglas, a desembargadora do TJDF Nilsoni de Freitas – que também é presidente nacional da Anamel –, o jurista Ives Gandra e o psiquiatra e escritor, além de candidato à presidência da República, Augusto Cury.

O idealizador e primeiro presidente da Anamel, o desembargador do TJRJ Fabio Dutra, compôs a mesa principal da abertura e resumiu a importância do evento: “A Anamel está completando 25 anos. Nesse seminário, ela ressalta aspectos importantes da relevância dos magistrados evangélicos perante a sociedade, como justiça servidora, inclusão, diálogo e participação. Todas essas palavras marcam a atuação de um magistrado evangélico, que deve se preocupar em servir, porque Jesus disse que nós devemos servir. Também, sob outro aspecto, devemos ressaltar a dimensão vertical, que é a vinculação do homem a Deus, e a dimensão horizontal, que é a vinculação do homem ao seu próximo. E a Anamel, propondo um seminário des-

“Liderança servidora significa ter um perfil de humildade, mas não de subserviência.”

André Mendonça,
ministro do STF

O grande destaque do evento foi a participação do ministro do STF André Mendonça. Abaixo, Sergio Maciel e Roberto Mac Cracken



À esquerda, William Douglas e Fabio Dutra. Acima, a presidente nacional da Anamel, Nilsoni de Freitas

te tipo, está atendendo às ordens de Cristo e também levando os magistrados evangélicos a se inserirem ativamente na sociedade”.

Entre os palestrantes, o maior destaque ficou com o ministro do STF André Mendonça, que, inclusive, assumiu a função de liderança institucional e a coordenação acadêmica máxima do seminário. No púlpito, ele falou para um auditório cheio: “Liderança servidora significa ter um perfil de humildade, mas não de subserviência. Eu queria, a partir de Jesus Cristo, servir à Justiça e servir à sociedade através dos dons e talentos na magistratura”. O desembargador do TRF-2 William Douglas também deixou sua mensagem: “Nós, cristãos, temos que respeitar as opiniões divergentes, ouvir e tentar entender

o outro. Se eu quero ser um bom democrata, um bom professor, um bom operador do Direito, tenho que ser capaz de ouvir opiniões diferentes e refletir. E se eu quero ser um bom cristão, também tenho que ser capaz de ouvir e de respeitar, porque o nosso primeiro exemplo de respeito vem do próprio Jesus Cristo. Se a gente seguir o exemplo de Cristo, vai dar certo”. Satisfeito com o resultado do V Seminário, Fábio Dutra já convidou para o próximo: “Acontecerá na cidade de São Luís, nos dias 19, 20, 21 e 22 de novembro. Quem é magistrado evangélico será muito bem-vindo”.*

ESCANEE E ASSISTA A ESTA MATÉRIA



O auditório da Universidade Mackenzie foi palco do V Seminário da Anamel





TJES RECEBE COMITIVA DA ANDES

A presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargadora Janete Vargas Simões, e o vice-presidente da Corte, desembargador Fernando Zardini Antonio, receberam uma comitiva da Andes no dia 5 de agosto, em Vitória. A delegação foi liderada pelo presidente da entidade, desembargador Fabio Dutra, e contou com a presença dos desembargadores Fernando Fernandy e Mauricio Drummond, além de Eduardo Court, representante da empresa PIQL, parceira da Associação.

Durante o encontro, foram discutidas prioridades da Justiça do Espírito Santo e pautas de interesse da magistratura de segundo grau. Na ocasião, a diretoria apresentou a atuação da Associação e suas iniciativas acadêmicas e culturais, como congressos e seminários. Também entraram na pauta a participação da entidade nas discussões sobre projetos de reforma em tramitação no Congresso Nacional, a importância do associativismo e temas correlatos ao segundo grau de jurisdição.



ASSOCIAÇÃO VISITA O TRE-ES

A diretoria da Andes esteve no Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), no dia 5 de agosto. A comitiva, liderada pelo presidente da entidade, desembargador Fabio Dutra, foi recebida pelo presidente da Corte, desembargador Namy Carlos de Souza Filho, e pelo vice-presidente e corregedor regional eleitoral, desembargador Arthur José Neiva de Almeida. Também participou do encontro o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Fernando Zardini Antonio.

Durante a reunião, os magistrados conversaram sobre as atividades

das instituições e analisaram o cenário do Poder Judiciário nacional. Na oportunidade, o desembargador Fabio Dutra apresentou a atuação da Andes na defesa dos direitos e prerrogativas da classe. No âmbito cultural, destacou a realização da Feira Literária da Magistratura (Fli-mag), agendada para os dias 5 e 6 de outubro, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), e do II Festival Nacional da Canção da Magistratura (II Fenacam), que ocorrerá nos dias 26 e 27 de novembro, no Teatro Amazonas, em Manaus.

ANDES PEDE PRIORIDADE NO PAGAMENTO DE PASSIVOS PARA MAGISTRADOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

A Andes encaminhou, no dia 13 de agosto, um requerimento ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) solicitando prioridade no pagamento de verbas e valores atrasados devidos à magistratura. A proposta contempla magistrados idosos, aposentados, pensionistas, pessoas com deficiência e portadores de comorbidades ou doenças graves. O pedido é para que, ao serem iniciados os pagamentos, esses beneficiários tenham seus créditos quitados de forma antecipada ou em prazo reduzido, havendo viabilidade jurídica.

Segundo a Andes, a medida fundamenta-se nas condições de vulnerabilidade desse público. A entidade ressalta que a iniciativa não busca criar privilégios remuneratórios, mas sim estabelecer um critério de proteção e justiça material, amparado em princípios e diretrizes já consolidados no ordenamento jurídico brasileiro. Ao reafirmar seu compromisso com a defesa institucional da magistratura de segundo grau, a associação destaca que busca soluções que conciliem responsabilidade administrativa, segurança jurídica e respeito às necessidades específicas dos magistrados.

ENTIDADE SE REÚNE COM PRESIDENTE DO TJSP

O presidente da Andes, desembargador Fabio Dutra, e o desembargador Fernando Fernandy estiveram no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), no dia 20 de agosto, para uma reunião com o presidente da Corte, desembargador Francisco Eduardo Loureiro. O encontro contou também com a participação dos desembargadores Achile Mario Alesina e Henrique Nelson Calandra, ex-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e associado da Andes.

A reunião ocorreu em meio às transformações e aos desafios atuais do Poder Judiciário. Na ocasião, os magistrados debateram pautas relevantes para a categoria e para o funcionamento das instituições, além de a comitiva apresentar as principais diretrizes e a atuação da Associação ao presidente do TJSP.



PRESIDENTE DA ANDES PARTICIPA DE SEMINÁRIO SOBRE JUSTIÇA

O presidente da Andes, desembargador Fabio Dutra, participou, no dia 21 de agosto, do V Seminário da Associação Nacional dos Magistrados Evangélicos (Anamel), realizado no Instituto Presbiteriano Mackenzie, em São Paulo. O evento teve como tema "Justiça Servidora: Diálogo, Inclusão e Pacificação Social".

O magistrado acompanhou a programação ao lado de diversas autoridades, como o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), desembargador Francisco Eduardo Loureiro. Pela Andes, também estiveram presentes os desembargadores Roberto Carvalho Veloso, Fernando Fernandy Fernandes e Mirza Telma de Oliveira Cunha.

O seminário reuniu magistrados, juristas, acadêmicos e especialistas para debater os rumos do Judiciário. Entre os temas em pauta, destacaram-se a pacificação social, a inclusão, o acesso à Justiça e os impactos da transformação digital. No encerramento do encontro, o ministro André Mendonça proferiu a conferência "Poder Judiciário e Pacificação".

ASSOCIAÇÃO LEVA AO CNJ E AO STF PEDIDOS SOBRE PAUTAS DA MAGISTRATURA

A Andes protocolou, no dia 27 de agosto, dois ofícios voltados à valorização das prerrogativas da Magistratura. Ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a entidade requereu a uniformização dos critérios para a concessão do auxílio-saúde, propondo um piso nacional de 10% sobre o valor do sub-

sídio. A intenção é reduzir as disparidades atualmente praticadas entre os tribunais do país.

Já no documento encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Associação solicitou a previsão de recursos na proposta orçamentária do Poder Judiciário, para uma eventual recom-

posição inflacionária dos subsídios. O objetivo é assegurar margem orçamentária prévia caso o reajuste venha a ser aprovado pelos Poderes competentes. As iniciativas reiteram o empenho da Andes em atuar de forma proativa nas pautas prioritárias e na defesa dos interesses da categoria.

TRÊS NOVOS DESEMBARGADORES TOMAM POSSE NO TJRJ

Os magistrados Roseli Nalin, José Guilherme Vasi Werner e Márcia Malvar Barambo foram empossados como desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), no dia 24 de agosto. A Andes parabenizou os novos integrantes da Corte fluminense, desejando-lhes uma trajetória pautada pela independência, serenidade e compromisso com a prestação jurisdicional. A entidade ressaltou, ainda, a relevância do trabalho dos magistrados para o fortalecimento da Justiça e da sociedade.



Foto: Eduarda Teixeira



Juliana Kelling entrevistou a advogada Emilia Garcez no estúdio da Manchete

O DIREITO DE empreender

ADVOCACIA, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO SE CRUZAM NA TRAJETÓRIA DA ADVOGADA EMILIA GARCEZ, QUE ATUA NO DIREITO EMPRESARIAL, ALÉM DE SER CONSELHEIRA E DIRETORA DE APOIO À ADVOCACIA NA OABRJ. NESTA ENTREVISTA, ELA FALA SOBRE PREVENÇÃO JURÍDICA, TECNOLOGIA E OS DESAFIOS DA PROFISSÃO.

Como Direito e empreendedorismo se encontraram na sua trajetória?

Encontrei esse caminho em duas heranças familiares. Do lado materno, vieram a criatividade, o empreendedorismo e a inovação; do lado paterno, a influência do Direito e do serviço público. A convergência dessas duas vertentes me proporcionou uma visão empreendedora e me levou ao Direito Empresarial. Essa área me permitiu estar no centro das decisões, acompanhando a constituição das empresas, seu desenvolvimento e a preservação do negócio.

“O empresário precisa compreender que o advogado não deve ser acionado apenas diante do conflito; sua atuação é um investimento.”

Foto: Divulgação



Foto: Divulgação



O que muda quando o advogado participa das decisões antes que o conflito se instale?

Muda a própria natureza da atuação jurídica. É muito importante prestar assessoria visando prevenir o conflito. O advogado deve participar desde a constituição da empresa e estar presente em cada etapa. O empresário precisa compreender que o advogado não deve ser acionado apenas diante do conflito; sua atuação é um investimento.

Todo advogado pode ser um empreendedor?

Sim. Todo advogado que constitui seu próprio escritório passa também a incorporar uma perspectiva empreendedora à profissão.

E qual deve ser o primeiro passo para quem está começando?

O advogado que acabou de ingressar na profissão deve buscar capacitação. Além disso, precisa

desenvolver habilidades multidisciplinares para acompanhar as transformações tecnológicas e compreender que não basta o conhecimento jurídico.

Inovação na advocacia é necessariamente sinônimo de tecnologia?

Não. Temos projetos voltados à cultura inovadora, incentivando o advogado a ter um olhar mais 360 graus e compreender sua capacidade empreendedora. Ele pode inovar sem utilizar tecnologia. Quando elabora uma tese e obtém êxito em uma demanda, por exemplo, ele criou, utilizou criatividade e inovação. Muitos advogados acreditam que tecnologia é sinônimo de inovação.

O uso da inteligência artificial preocupa?

Principalmente entre os jovens advogados. Percebo que muitos têm utilizado excessivamente a inteligência artificial, com prejuízo ao exercício da capacidade crítica. Esse é um alerta para

“Ao empresário, quero deixar a consciência de que a advocacia é indispensável ao crescimento sustentável do negócio.”

toda a advocacia. Não podemos abdicar da doutrina, dos livros, da leitura da legislação e, sobretudo, da construção de um raciocínio jurídico próprio.

Que legado pretende deixar para advogados e empresários?

Na advocacia, pretendo deixar como legado o compromisso com o conhecimento e a autonomia intelectual, formando profissionais preparados para compreender as transformações sociais e tecnológicas sem perder a essência do Direito. O advogado é agente de transformação social. Ao empresário, quero deixar como legado a consciência de que a advocacia é indispensável ao crescimento sustentável do negócio. ✳

Reportagem de Juliana Kelling





- 1 – Luis Felipe Salomão assina a sua posse
- 2 – O ministro entre Geraldo Alckmin e Edson Fachin
- 3 – A bancada das autoridades, com Salomão ao centro
- 4 – Marco Aurélio Bellizze
- 5 – Salomão e seu vice, Mauro Campbell
- 6 – Juliana Dayrell e Paulo César Salomão Filho
- 7 – Luis Felipe Salomão e Ilmar Galvão
- 8 – O Pleno do STJ, onde ocorreu a posse

RENOVAÇÃO NO COMANDO DO STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu autoridades dos Três Poderes, representantes do meio jurídico e convidados, no dia 19 de agosto, para a posse dos ministros Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques, como presidente e vice-presidente da Corte, respectivamente. Eleitos para o biênio 2026-2028, os dois também assumiram o comando do Conselho da Justiça Federal (CJF). Na solenidade, realizada em Brasília, Salomão discursou destacando como prioridades da nova gestão a qualidade das decisões, a transparência e a ampliação do acesso dos cidadãos à Justiça. Confira, aqui, algumas fotos deste importante evento.



Foto: Danilton Portela

NOVA MISSÃO NO CNJ

No dia 25 de agosto, o ministro Benedito Gonçalves tomou posse como Corregedor Nacional de Justiça para o próximo biênio. Realizada na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, a solenidade foi prestigiada por ministros de tribunais superiores, magistrados, representantes de entidades jurídicas e convidados. Em seu discurso, ele defendeu uma magistratura mais próxima da sociedade, acessível, simples e humana. O vice-presidente da Revista Manche-

te, Sergio Maciel, esteve no evento e comentou: “O ministro vem de uma origem humilde e sempre lutou contra tudo e contra todos. Tenho certeza de que ele se destacará no CNJ, como tudo o que ele faz na vida”.



- 1 – Plenário do CNJ
- 2 – Benedito Gonçalves assinando a posse
- 3 – Sergio Maciel e o novo Corregedor Nacional de Justiça
- 4 – O magistrado durante seu discurso
- 5 – Benedito com sua esposa, Santina Gonçalves, e Roberto Rosas
- 6 – Ricardo Couto e Benedito Gonçalves
- 7 – Marcelo Kanitz Damasceno, José Múcio Monteiro, Benedito Gonçalves e Santina

Fotos: Eduardo Valadão



NOITE DE ESTREIA DA MANCHETE JUDICIÁRIO NA TV

Cinema, pipoca e uma grande notícia: o lançamento da Manchete Judiciário na TV. Foi o que aconteceu no dia 3 de setembro, na sala de exibição do late Clube do Rio de Janeiro, na Urca, reunindo magistrados, advogados e jornalistas. O vice-presidente da Manchete, Sergio Maciel, subiu ao palco e informou a todos: "É com grande satisfação que anuncio que a Manchete Judiciário chega à TV". Em seguida, exibiu no telão o programa de estreia, que irá ao ar na TV Max. O primeiro episódio apresentou várias matérias e entrevistas, como a homenagem ao ministro Humberto Martins e a posse do ministro Luis Felipe Salomão. Entre os convidados, estava o presidente do Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB), desembargador Jean Saadi, que recebeu os agradecimentos pelo apoio que vem dando à Revista Manchete Judiciário desde a primeira edição. Agora, anote: o programa será exibido toda terça-feira, das 20 às 21 horas, pela TV Max, no canal 525 Net Rio ou pelo app TV Max Rio.



1 – Ana Cristina Barreira 2 – Henrique Viana
3 – Jean Saadi 4 – Leticia Sardas e Fatima Menezes
5 – Márcio Dias e Rosana Juvêncio
6 – Maurício Drummond e Claudia Samy
7 – Thadeu Lobo 8 – Walter Capanema



BEM-VINDO À ABLJ

No dia 3 de agosto, o professor Freddie Didier Jr. tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (ABJL). A cerimônia aconteceu na sede do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), no Rio de Janeiro. Na foto, Freddie Didier posa ao lado da presidente do IAB, Rita Cortez, durante a solenidade.

Fotos: Juliana Kelling



LIVRO ENALTECE AUTOESTIMA FEMININA

O Centro Cultural do TRT-1 promoveu, no dia 5 de agosto, um debate sobre autoestima da mulher e NR-1, tendo como convidada especial a psicanalista Rejane Maciel. Durante o encontro, Rejane ministrou uma palestra sobre autoestima feminina e lançou o livro *Mulheres que se Amam*, do qual é coautora. Na foto, a autora está ao lado dos desembargadores José Monteiro e Dalva Oliveira e da atriz e servidora Gilza Melo.



NOSSA CAPA É HOMENAGEADA

No dia 6 de agosto, o ministro Humberto Martins – capa da segunda edição da Revista Manchete Judiciário – posou ao lado de sua esposa, Rita Cortez, durante o evento de lançamento da publicação. A edição prestou uma homenagem especial ao ministro pelos seus 20 anos de atuação no Superior Tribunal de Justiça (STJ).



CARNAVAL EXPOSTO NO TRT-1

O Centro Cultural TRT-1 recebeu a exposição *O Maior Show da Terra*, no dia 12 de agosto, reunindo adereços, fantasias e alegorias em homenagem aos trabalhadores que, com talento e dedicação, ajudam a construir o maior espetáculo da planeta: o Carnaval.



MANCHETE JUDICIÁRIO CHEGA AO STM

No dia 26 de agosto, em visita ao Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, o vice-presidente da Revista Manchete, Sergio Maciel, entregou pessoalmente um exemplar da segunda edição da Revista Manchete Judiciário à presidente da Corte, ministra Maria Elizabeth Rocha.



DESEMBARGADORES RECEBEM NOSSA REVISTA

Em encontro com o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), desembargador Eduardo Loureiro, a direção da Andes entregou 360 exemplares da Revista Manchete Judiciário aos desembargadores do TJSP. Participaram do encontro o presidente da Andes, desembargador Fábio Dutra; o diretor-executivo, desembargador Fernando Fernandy; o desembargador Henrique Calandra; e o vice-presidente da Revista Manchete e publisher da Manchete Judiciário, Sergio Maciel.

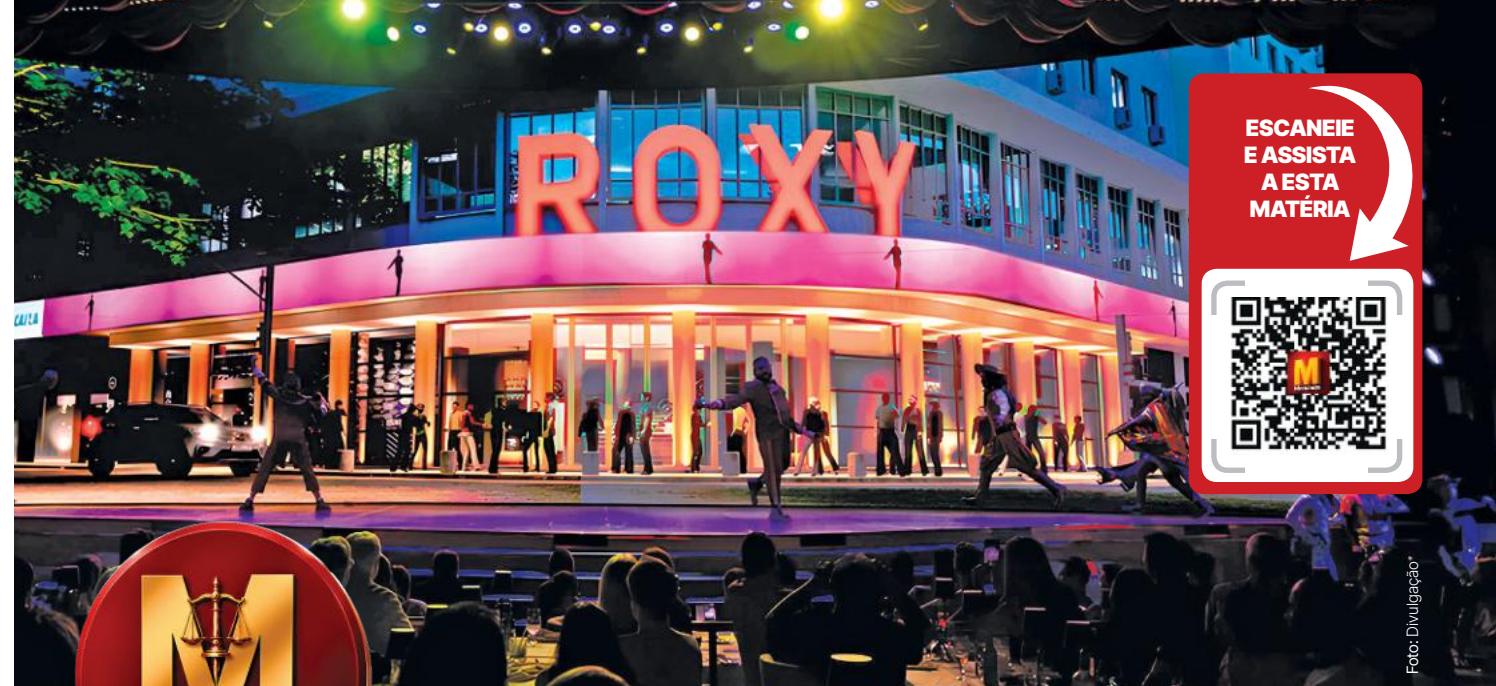


LIVRO DEBATE O MUNDO DIGITAL

No dia 12 de agosto, o Museu da Justiça recebeu o lançamento do livro *A Era das Decisões Invisíveis – Como os dados, algoritmos e plataformas moldam sua vida e o que você pode fazer para retomar o controle*, de Helem Franceschini. A obra propõe uma reflexão sobre liberdade e sobre como a tecnologia influencia nossas escolhas e nossos comportamentos no ambiente digital. Na foto, a autora autografa um exemplar para o desembargador Luiz Zveiter do TJRJ.

NOITE DE PREMIAÇÃO

No dia 25 de agosto, o Teatro Nacional de Brasília recebeu o Prêmio Congresso em Foco, que reconhece parlamentares que se destacaram ao longo do ano. Na foto, o vice-presidente da Revista Manchete, Sergio Maciel, ao lado de Miguel Matos, CEO do portal Migalhas e organizador do evento.



ESCANEIE
E ASSISTA
A ESTA
MATÉRIA



Foto: Divulgação*



PRÊMIO PARA OS DESTAQUES DA JUSTIÇA BRASILEIRA

Prepare-se para a novidade, que muito nos orgulha: a Revista Manchete Judiciário lançou o Prêmio Manchete Judiciário de 2026 — Troféu Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, numa justa homenagem ao saudoso ministro do Superior Tribunal de Justiça. Escolheremos sete magistrados ao todo, pertencentes aos TJs do Brasil, TRTs, TRFs e membros do Ministério Público, reconhecendo a sua contribuição para a Justiça brasileira, hoje e sempre. A premiação acontecerá no Roxy Dinner Show, no Rio de Janeiro, no dia 30 de novembro. Vai ser demais

NÃO IMOBILIZE SEU PATRIMÔNIO.

TRANSFORME DEPÓSITOS JUDICIAIS
EM LIQUIDEZ PARA O SEU NEGÓCIO

SEGURO GARANTIA PROBROKERS

A INTELIGÊNCIA FINANCEIRA
A FAVOR DA SUA EMPRESA.



MAIS LIQUIDEZ E ECONOMIA

Substituímos o depósito judicial em dinheiro, retornando recursos imediatos para o caixa da sua empresa.



SEGURANÇA E AGILIDADE

Garantia aceita pelo judiciário com total segurança, sem imobilizar recursos financeiros.



PRESERVAÇÃO DE CRÉDITO

Não compromete suas linhas de crédito bancário, preservando o capital de giro para investir e crescer.

ATUAÇÃO COMPLETA PARA SUA TRANQUILIDADE



AÇÕES
CÍVEIS



AÇÕES
FISCAIS



AÇÕES
TRABALHISTAS



DEPÓSITO
RECURSAL



FALE AGORA COM
NOSSOS ESPECIALISTAS

Escaneie o QR Code e fale
diretamente pelo Whatsapp

Leandro Carvalho | 21 98281-9994

Diogo Maia | 21 98778-0587

Helio Oliveira | 21 97914-2228

www.probrokers.com.br

21 2221-9727

Av. das Américas, 500
Bl. 15 - 202 - Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ



ProBrokers

PROFISSIONAIS EM SEGUROS CORPORATIVOS



ADAPT ENGENHARIA

Excelência, Planejamento e Resultado

Com mais de 13 anos de atuação e milhares de metros quadrados construídos, aprendemos uma coisa:

Grandes obras exigem planejamento, comprometimento e execução precisa.

Na **ADAPT Engenharia**, unimos a agilidade do setor privado à conformidade rigorosa do setor público, garantindo segurança, qualidade e eficiência em cada projeto.

Ao longo dessa trajetória, nos tornamos parceiros de grandes empresas na realização de projetos desafiadores, sempre com foco em prazos, excelência construtiva e transparência.

Cada metro quadrado construído carrega a nossa história — baseada na ética, no compromisso assumido e na satisfação dos nossos clientes.

 **Excelência não é diferencial.
É compromisso em cada projeto.”**

VAMOS CONVERSAR?



Aponte a câmera e conheça nossos serviços.

Foto: Renato Alves | CEO ADAPT Engenharia

Alameda São Boaventura, 57 - Fonseca, Niterói - RJ.

 (21) 99719-6498 | (21) 3492-4092

  **adaptserv**  **www.adaptserv.com.br**